**REIVINDICAÇÕES E LUTAS PELA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM RORAIMA**

**(GT- 04: PESQUISAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS e DIREITOS HUMANOS)**

**Eliezer Nunes da Silva**

Técnico em Assuntos Educacionais

*Instituto Federal de Roraima- Campus Novo Paraíso,*

*e-mail:*[eliezer.nunes@ifrr.edu.br](mailto:eliezer.nunes@ifrr.edu.br)

**Fernando Luís Figueiredo**

Professor

*Instituto Federal de Roraima- Campus Novo Paraíso,*

*e-mail*: fernando.figueiredo@ifrr.edu.br

**José William Simplício da Silva**

Professor

*Instituto Federal de Roraima- Campus Novo Paraíso,*

*e-mail:* [jose.simplicio@ifrr.edu.br](mailto:jose.simplicio@ifrr.edu.br)

**Geovani Barroso Silva**

Auxiliar de Serviços Diversos

*Escola Municipal Francivan Lopes,*

*e-mail:* [geovanilinda@gmail.com](mailto:geovanilinda@gmail.com)

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo compartilhar estudos de análise da situação do campo e da Educação do Campo no Brasil em geral e especialmente em Roraima, cuja análise foi obtido a partir das discussões e de criação de um Fórum de Educação do Campo em Roraima, neste sentido, além de conceitos sobre Educação do Campo, traz um breve histórico da criação do Fórum Estadual de Educação do Campo de Roraima – FOEEC-RR. Neste fórum, inicialmente, tinha como objetivo principal o exercício da análise crítica constante, severa e independente acerca de Políticas Públicas de Educação do Campo, bem como a correspondente ação política com vista à elaboração, proposição, implantação e consolidação de Políticas Públicas de Educação do Campo, especificamente a Política Estadual de Educação do Campo. A metodologia aqui utilizada caminha em dois momentos: teóricas entre os quais serão citados Pires (2004), Ghedin (2012), Ferreira (2011), entre outros e de resultado das discussões oriundas do seminário de Educação do Campo. Os resultados presentes serão as manifestações e construção de uma carta de reivindicações sobre a concepção da educação do e no campo, com intuito de provocar debates para aprofundamento das questões da educação a partir da realidade da educação do estado de Roraima. Considerou-se que a partir da participação dos autores, com a preocupação da demanda, pendurou-se uma concepção de construção de políticas de Educação do Campo. Deste modo, achou-se interessante socializar, registrar as discussões assim como propor reflexões em torno desta temática.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Movimentos Sociais. Currículo. Direito.

**1 Introdução**

À justificativa em organizar este estudo está relacionado a análise da situação do campo e da Educação do Campo no Brasil em geral e especialmente em Roraima, cuja análise foi obtido a partir da discussões e criação de um Fórum de Educação do Campo em Roraima, neste sentido, além de conceito sobre Educação do Campo, traz um breve histórico da criação do Fórum Estadual de Educação do Campo de Roraima – FOEEC-RR. Neste Fórum, inicialmente, tinha como objetivos principais o exercício da análise crítica constante, severa e independente acerca de Políticas Públicas de Educação do Campo, bem como a correspondente ação política com vista à elaboração, proposição, implantação e consolidação de Políticas Públicas de Educação do Campo, especificamente a Política Estadual de Educação do Campo. As discussões foram focadas em construir uma carta de reivindicações sobre a concepção da educação do e no campo, com intuito de provocar debates para aprofundamento das questões da educação a partir da realidade da educação do estado de Roraima. Considerou-se que a partir da participação dos autores, com a preocupação da demanda, pendurou-se uma concepção de construção de políticas de Educação do Campo. Deste modo, achou-se interessante socializar, registrar as discussões assim como propor reflexões em torno desta temática.

**2 Movimentos Sociais e suas Luta pela Educação do Campo**

Para refletir sobre a Educação do Campo é necessário situá-la no contexto da Educação Brasileira. Segundo Romanelli (2006), podemos dizer que o sistema educacional brasileiro decorre da profundidade e da inconsistências das mudanças sociais e econômicas ocorridas no País, iniciadas em 1930, mas que se expande por pressão de uma demanda efetiva. Essa expansão, no entanto, não refletiu as necessidades reais do desenvolvimento, já que de um lado foi insuficiente, e de outro, vem caminhando em sentido inverso ao das necessidades criadas, acabando por acentuar profundamente a defasagem existente entre a educação e o desenvolvimento econômico em curso no país. A manutenção do atraso da escola em relação à ordem econômica e à ordem social, longe de ser uma contradição de fato, existia em decorrência da forma como se organizava o poder e, portanto, servia aos interesses dos grupos políticos nele representados.

Segundo Ferreira e Brandão (2011), os resquícios da história da educação levam à constatação de que nas escolas brasileiras contemporâneas, as questões históricas que remetem ao processo de exclusão social não são trabalhadas de forma satisfatória, com autoridade e conhecimento de causa por parte dos educadores. Os autores ressaltam que, apesar do descaso e da forma com que os governantes tratam a educação voltada ao campo, os movimentos e as organizações sociais, bem como a academia científica, neste século, buscam contrapor o modelo urbano e tecnocrata da educação atual, focalizando uma educação no e para campo.

Manacorda (2004) afirma que na história da educação encontram-se temas universais sendo discutidos no sentido social e político, onde são apontados caminhos como a solução dos problemas educativos. Os fenômenos decisivos para a educação são: o progresso tecnológico e a maturação das consciências “subalternas”. Surgimento de novas tendências. Percebe-se em certas tendências e abordagens a função da escola de sistematização, entre elas a separação entre adolescentes e adultos. Adolescente e trabalho.

Ao observar a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Brasileira, observa-se a Lei 9.394/96 apresentar em seu contexto alguns pontos de maneira genérica sobre a escola rural, percebe-se ainda a problemática do currículo no sentido de uma política dos rurícolas. O autor destaca que a escola rural enquanto valor social precisa ser pensada e construída a partir das práticas próprias do campo, em que as relações socioculturais e políticas sejam definidas a partir dessa referência. Ele ainda ressalta que como processo social, a educação rural passa a ter dupla função: a de permitir o avanço das forças sociais e a de fortalecer o próprio conhecimento humano.

Pires (2012, p. 120) avalia que, é importante refletir sobre a complexidade da realidade do campo como um espaço de experiências humanas, políticas, sociais, culturais, cognitivas, éticas e estéticas. Nesse sentido, o currículo deve ser aberto aos conteúdos, pautado em um diálogo entre conhecimento e processos de formação. Um diálogo na diversidade que amplie o campo do conhecimento, da verdade em favor de uma formação que propicie uma mobilização pela desconstrução de uma falsa unidade de um saber sequencial, repartido em disciplinas estanques e hierarquizadas entre si.

Percebe-se que esta concepção pedagógica de Educação do Campo apresenta uma direção de caráter histórico-social, pois considera a relação dos sujeitos com a sua realidade numa dinâmica interativa, o que se relaciona diretamente com a concepção de autonomia que as escolas constroem na efetivação de seus currículos. Ao decidirem pela seleção, forma de organização e distribuição dos conhecimentos, as comunidades definem sua própria caminhada de opção transformadora, envolvendo suas discussões nas opções de concepções de homem/mulher, de sociedade e de educação.

De acordo com Borges e Ghedin (2012, p. 213), a Educação do Campo não é uma simples ação pedagógica, é sim um conjunto de ações que envolvem a participação popular e volta-se para construção coletiva de uma sociedade.

A busca pela construção do currículo na Educação do Campo deve ser alicerçada em alternativas que rompam com conceitos de um currículo estático e que proporcionem reflexão sobre as práticas tradicionais de pessoas que vivem no campo, onde possam construir novos saberes a partir de uma dinâmica contínua entre o conhecimento comum e o conhecimento científico. A expectativa é que estes novos saberes possam superar as práticas que agridem o ambiente do homem do campo, causando problemas para sua própria sobrevivência, comprometendo desta forma, a geração futura por não levar em consideração os conceitos e práticas sobre o desenvolvimento sustentável local.

Para que a Educação do Campo seja concretizada é fundamental que a educação seja de fato um direito de todos, que seja parte de um movimento pedagógico e político durante o processo de formação e que sirva de estratégia para o desenvolvimento territorial sustentável.

Os pressupostos para essa ação serão tratados a seguir (BRASIL, 2004):

**A educação como um direito dos povos do campo.** A educação é um direito social e não uma questão de mercado. Nessa perspectiva, a educação enquanto ação organizadora e produtora da cultura de um povo e produzida por uma cultura – a cultura do campo – não pode permanecer seguindo a lógica da exclusão do direito à educação de qualidade para todos. A educação, na sua função social, recria o campo, porque por meio dela se renovam os valores, atitudes, conhecimentos e práticas de pertença à terra. Nesse sentido, uma política de educação do campo deve conceber que a cidade não é superior ao campo e reconhecer o campo, em sua extensão, como um espaço rico e diverso, ao mesmo tempo produto e produtor de cultura. Logo, é essa capacidade produtora de cultura que o constitui em espaço de criação do novo e do criativo e não, quando reduzido meramente ao espaço da produção econômica, como lugar do atraso, da não cultura.

**A existência de um movimento pedagógico e político do campo.** Esse pressuposto implica no reconhecimento dos movimentos sociais em defesa dos habitantes do campo e a luta por uma educação pública de qualidade para eles, ou seja, a luta pelos seus direitos de cidadão.

**A educação como estratégia do desenvolvimento territorial sustentável.** A educação passa a ser vista como um vetor estratégico para o desenvolvimento territorial sustentável, sendo uma força mobilizadora capaz de articular as inovações que se pretendem realizar para a transformação da realidade produtiva, ambiental, política e social.

Ao refletir sobre a complexidade da realidade do campo como um espaço de experiência humana, políticas, sociais, culturais, cognitivas, éticas e estéticas, deve-se compreender que o currículo deve ser aberto aos conteúdos, pautado em um diálogo entre a seleção de conhecimentos e o processos de formação. Ou seja, um diálogo na diversidade que amplie o campo do conhecimento, da verdade e da formação e propicie uma mobilização pela desconstrução de uma falsa unidade de um saber sequencial, repartido em disciplinas entre si. Um diálogo enfim que propicie uma visão coletiva do caminho no sentido da integração dos componentes em seus aspectos transdisciplinares mais profundos.

Segundo Ghedin (2012, p. 19), a Educação do Campo possibilita-nos ver como é possível operar a passagem de não condição humana para a sua condição de ser sujeito. Assim, podemos dizer que a Educação do Campo surge das preocupações em relação ao tipo de educação que está sendo ofertada aos filhos dos produtores rurais. No intuito de fortalecer o desenvolvimento dos alunos, congregando as várias experiências no que tange a busca de uma prática pedagógica que contemple uma Educação do Campo de qualidade.

Ao nos reportar para os movimentos sociais e luta pela Educação do Campo em Roraima, destacamos os movimentos recentes que nos inspiraram novas reflexões e motivações na busca de estratégias específicas para Educação do Campo.

Reunidos em Boa Vista-RR, na sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Roraima - FETAG-RR, durante os dias 29, 30 de Abril e 1º de Maio de 2015, por convite da FETAG-RR, organizações sociais e sindicais do campo, Instituto Federal de Educação de Roraima (IFRR), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), da Universidade Estadual de Roraima (UERR), dos Movimentos Sociais, grupos acadêmicos das Universidades Federal e Estadual de Roraima, professores e estudantes da Educação do Campo, após análise da situação do campo e da educação do campo no Brasil, em geral e de Roraima especificamente, resolveram se criar o Fórum Estadual de Educação do Campo de Roraima – FOEEC-RR.

Participou ainda dessa reunião como convidados representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria Estadual de Educação (SEED) e Secretaria Estadual de Agricultura Pecuária e Abastecimento (SEAPA).

Além das representações presente a esse ato inicial de formação – que firmam este documento, outros movimentos e organizações sociais e sindicais, bem como instituições que mantém vínculos com a Educação do Campo, serem admitidas à composição do fórum, na medida do seu compromisso com os princípios que a embasam e da aceitação por parte dos seus componentes já efetivos.

O FOEEC - RR caracteriza-se, antes de tudo, com uma articulação dos sujeitos sociais coletivos que a compõem, pautado pelos princípios da autonomia em relação ao Estado configurando em qualquer uma que seja de suas partes. Não obstante, essa autonomia não impede que participem como membros efetivos do fórum: instituto de educação e universidades públicas e outros movimentos/entidades que atuam na Educação do Campo, bem como, na condição de convidados, órgãos Governamentais cuja função é pertinente a Educação do Campo.

Foram definidos como objetivos principais do Fórum o exercício da análise crítica constante, severa e independente acerca de Políticas Públicas de Educação do Campo, bem como a correspondente ação política com vista à elaboração, proposição, implantação e consolidação de Políticas Públicas de Educação do Campo, especificamente a Política Estadual de Educação do Campo.

As discussões foram focadas em construir uma carta de reivindicações sobre a concepção da educação do e no campo, com intuito de provocar debates para aprofundamento das questões da educação a partir da realidade da educação do estado de Roraima. A carta tinha como sujeitos os representantes FETAG-RR, movimentos, organizações sociais e sindicais do campo, da Universidade Federal de Roraima (UFRR), da Universidade Estadual de Roraima (UERR), acadêmicos das Universidades Federal e Estadual de Roraima, professores e estudantes da Educação do Campo, cujo destinatário principal foi a Secretaria de Educação do Estado de Roraima. Considerou-se que a partir da participação dos autores, com a preocupação da demanda, pendurou-se uma concepção de construção de políticas de Educação do Campo.

O ponto de partida comum a todos que criaram este fórum foi a constatação da evidente desigualdade social e educacional a que estão submetidas as populações do campo, conforme refletem os dados da realidade e a manifesta ausência ou inadequação das Políticas Públicas, especialmente aquelas voltadas à educação.

O Fórum Estadual de Educação do Campo de Roraima prima, antes de tudo, pelo cumprimento do direito humano inalienável e indivisível à educação de qualidade a todos os que vivem no e do campo, salvaguardadas, sempre, a diversidade cultural e a especificidades sociais e ambientais da vida e do trabalho dos povos do campo. Enfim, os signatários (FETAG-RR, movimentos, organizações sociais e sindicais do campo, Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Estadual de Roraima (UERR), acadêmicos das Universidades Federal e Estadual de Roraima, professores e estudantes da Educação do Campo), compreenderam que:

a) Há necessidade de uma articulação nacional, estadual e municipal em favor do campo, seguindo as perspectivas da defesa da vida, da igualdade social e da diversidade cultural e ambiental e, sobretudo, da educação dos povos do campo frente ao avanço do agronegócio e frente à criminalização dos movimentos sociais do campo;

b) A possibilidade de avanço efetivo na reforma agrária, continuamente reivindicado pelos trabalhadores e trabalhadoras, bem como a possibilidade de avanço no seu projeto educacional, passa pela intensificação da luta pela democratização da terra, pelo enfrentamento constante em defesa do caráter público do Estado e pela abordagem das necessidades vitais dos trabalhadores e trabalhadoras;

c) Existe um grande acúmulo teórico e pedagógico no seio dos movimentos sociais e sindicais do campo e de organizações não governamentais parceiras, forjado nas suas próprias práticas de formação de classe trabalhadora e povos do campo, bem como nas lutas por políticas de educação. Tal acúmulo merece e deve ser considerado pelos poderes constituídos quando instituírem programas e políticas permanente de educação do campo;

d) Outro grande acúmulo teórico e pedagógico precisa ser considerado nas formulações das Políticas Públicas – especialmente na estrutura e funcionamento das universidades e secretarias estaduais e municipais de educação: aquele consignado nas matrizes históricas da educação popular, da educação socialista e da pedagogia dos movimentos;

e) A educação constitui instrumento de formação teórica e estratégica, essencial para que os povos do campo possam avançar nas suas lutas. Afinal, ela se insere na luta fundamental entre Capital e Trabalho. Por isso e por entender que não existe sistema de educação sem estrutura física que lhe de materialidade, reafirma-se, aqui, a luta não apenas para impedir o fechamento das escolas no campo, mas para a construção de mais e melhores escolas no campo.

Os debates, apresentações e exposições foram proveitosos no sentido de mostrar que é preciso de políticas de caráter social para contribuir com a melhoria de vida dos moradores do campo e de todos aqueles que vivem à margem da sociedade.

Para dar continuidade à organização e estruturação do Fórum Estadual de Educação do Campo de Roraima, foi criada uma comissão provisória, que terá o papel de construir uma agenda de trabalho e de empreender ação de publicitação e ampliação da articulação que constitui o fórum. Essa comissão provisória tem a composição das seguintes entidades/movimentos:

* Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Roraima –FETAG-RR
* Curso de Pedagogia do Campo/Universidade Estadual de Roraima - UERR
* Comissão Pastoral da Terra – CPT
* Central Única dos Trabalhadores – CUT
* Centro Acadêmicos de Licenciatura em Educação do Campo – CALEC⁄UFRR
* Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB
* Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima - SINTERR

Neste sentido outro momento importante aconteceu nos dias 28 a 29 de outubro de 2016, no III Seminário de Educação do Campo no Estado de Roraima, em consonância com o II Encontro Estadual do Fórum de Educação do Campo de Roraima. Este encontro proporcionou novas reflexões sobre a atual conjuntura da Educação do Campo e teve como propósito discutir novos caminhos para responder aos desafios de realizar uma educação de qualidade, respeitando as especificidades dos sujeitos quanto à sua cultura, aos valores da tradição, aos aspectos socioeconômicos e políticos dessa comunidade.

A articulação de movimentos sociais em torno da luta pela valorização do campo como espaço digno de vida vem contribuindo para uma nova abordagem da relação existente entre o campo e a educação. Esta articulação decorrente da reivindicação das lutas não se caracteriza como algo elementar, pois não se trata apenas de melhorar a escola ou ampliar cursos, mas transformar a lógica do uso e do acesso ao conhecimento no campo brasileiro, assim como garantir a autonomia de discutir novas metodologias de atuação e organização do currículo da Educação do Campo.

**3 Considerações Finais**

A buscar pelo direito à Educação do Campo tem sido intenso por grupo de pessoas, principalmente as que residem em áreas mais carentes. A falta de políticas públicas e de interesse em prol desta temática obriga uma articulação mais precisa na busca de espaço da Educação do Campo como um direito e não como esmola.

Considera-se como possibilidades a articulação nacional, estadual e municipal a favor do Campo, sendo que, uma das formas seria a aproximação das universidades e institutos de educação com os movimentos sociais; a valorização do grande acúmulo teórico e pedagógico no seio dos movimentos sociais e sindicais do campo e de organizações não governamentais parceiras. Ainda neste raciocínio de acúmulo teórico e pedagógico precisa ser considerado as formulações das Políticas Públicas

Alguns dos principais desafios estão em direção da continuidade dos debates, da presença de mais autores, como secretários de educação e professores, entre outros, enfrente a valorização desta conquista. Outro desafio seria de impedir o fechamento das escolas no campo (uma vez que tem acontecido), e luta pela a construção de mais e melhores das escolas no campo. Outro desafio seria garantir a formação destes professores, assim como fazer com que sua atuação de formação tenha espaços em editais, programas e políticas de educação.

Neste sentido, ainda que paulatinamente, percebem-se avanços e conquistas sobre esta temática, como exemplo, além dos fóruns, seminários, tem um grupo de pesquisas (momentos que proporciona a publicações dos trabalhos destes sujeitos), foram concedidas novas ofertas de vagas em licenciaturas em Educação do Campo (sendo que tinha a intensão de não ofertar), debates e palestras nas universidades e institutos de educação foram mais intensos e em alguns editais já foram contemplados vagas para os licenciados em Educação do Campo (cujo sujeito estava sem esta preceptivas).

No entanto, não resta dúvida da necessidade de ampliar o debate e da continuidade de lutar em prol de proposta para a Educação do Campo, buscando desta forma, respaldo em vários setores da sociedade e também do poder público, no sentido de reconhecer o direito das populações do campo .

**Referências**

BRASIL, MEC/SETEC Diretoria de Ensino Médio. Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo. Caderno de Subsídios. Brasília – DF, 2004.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 dez. Brasília, 1996.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do campo: Um olhar histórico, uma realidade concreta. Revista Eletrônica de Educação, Ano V. N.º 09, 2011.

GHEDIN, Evandro. Educação do Campo: Epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.

MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação da antiguidade aos nossos dias. 11. Ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 2004.

PIRES, Angela Monteiro. Educação do campo como direito humano. São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção educação em direitos humanos; v.4).

ROMANELLI, Otaíza. História da Educação no Brasil. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.